

Demandas feministas e políticas de género: un estudio comparado.

Avelar Lucia y Rangel Patricia.

Cita:

Avelar Lucia y Rangel Patricia (2010). *Demandas feministas e políticas de género: un estudio comparado*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/599>

"Trabajo preparado para su presentación en el V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Buenos Aires, 28 a 30 de julio de 2010."

1- Título de la Ponencia: Título: Demandas feministas e políticas de gênero: um estudo comparado

2- Nombre y Apellido de los autores: Lucia Avelar (autora) Patrícia Rangel (co-autora)

3- Área temática: Estado, Administración y Políticas Públicas > Género y políticas públicas

RESUMO

A proposta submetida apresenta uma pesquisa recém-iniciada sobre as relações entre feminismo militante e *policy making*. Esta tem como objetivo avaliar, comparativamente ao Brasil e à Argentina, em que medida as demandas dos movimentos feministas da última década foram traduzidas em políticas públicas e legislação favoráveis às mulheres. A proposta é uma replicação de estudo a partir do modelo desenvolvido na Europa - Research Network on Gender Politics and the State. Ao esforço do grupo original de pesquisadores daquele continente, desenvolveremos, atentas às nossas singularidades, procedimentos para avaliar a questão. O principal objetivo é apresentar o projeto, conceitos e procedimentos.

INTRODUÇÃO

De certa forma, sempre houve uma perspectiva feminista. Desde que são subordinadas, e elas o foram quase sempre e em quase todos os lugares, as mulheres desenvolveram algum modo de se reconhecer e se manifestar. Os primeiros escritos de cunho feminista foram feitos há 500 anos e sua organização enquanto movimento político, há mais de 150. Os momentos de maior propagação da atividade feminista acompanharam as grandes transformações da humanidade: Revolução Americana, Revolução Francesa, abolição da escravatura, mobilização por sufrágio universal. No final do século XIX e início do XX, a identidade feminina começou a se integrar de elementos políticos. Os acontecimentos históricos, acompanhados da gênese dos movimentos de mulheres, permitiram mudanças na situação legal desses atores sociais e a conseqüente eliminação progressiva de barreiras jurídicas à igualdade entre os gêneros.

Contudo, a história tradicional da humanidade teve como narrador principal a coletividade masculina e, como objeto, os feitos de alguns homens empenhados em conquistar direitos e defender ideais. Excluiu-se dessa narrativa a trajetória das muitas mulheres que, da mesma forma, defenderam ideais e lutaram para tornar possível a decantação destes no mundo real. Mulheres e homens, exercendo funções distintas ou semelhantes na empreitada de construção das sociedades, receberam tratamento assimétrico em todos os campos, desde a política até a divisão de tarefas nos lares. No pensamento ocidental, aquilo que se convencionou chamar de *estudos de gênero* ainda engatinha frente a análises tradicionais.

Não faz muito tempo que as mulheres começaram a receber a atenção dos estudiosos das ciências sociais. Os estudos sobre a democracia não fogem à regra: mesmo não tocando no termo gênero, a maioria dos métodos para se medir a democracia leva em conta marcos históricos e processos masculinos. Apesar de a definição formal estabelecer como “democracia” sistemas nos quais há participação de todos os adultos (homens e mulheres), a maioria dos procedimentos usados para a construção de indicadores não leva em consideração o sufrágio feminino, afetando a compreensão das origens da democracia. Num círculo vicioso, multiplicam-se os problemas e distorções quando se busca mensurá-la excluindo a participação das mulheres.

Segundo Susan J. Carroll e Linda M.G. Zerilli, em “Feminist Challenges to Political Science”, algumas categorias, modelos e pressupostos tradicionais não são capazes de acomodar a inclusão das mulheres, o que torna necessário reconceitualizar definições que são centrais para a ciência política e produzir trabalhos sobre gênero em moldes próprios. Tendo em vista a lacuna existente na Ciência Política e nas Ciências Sociais no que tange à contribuição das mulheres, este trabalho tem a intenção de contribuir, ainda que modestamente, para diminuir tal vazio. Como argumenta Lúcia Avelar (2001), cada trabalho sobre mulheres contribuiu para o processo de reconhecimento desse grupo, estruturando uma nova identidade social que tem, por sua vez, o papel de conformar o indivíduo mulher historicamente.

Carroll e Zerilli, na mesma referência, indicam que a pesquisa sobre mulheres e política pode ser dividida em três categorias distintas que oferecem importantes contribuições para nossa compreensão sobre como as questões de gênero permeiam a disciplina da ciência política. Essas categorias se dividem da seguinte forma:

- Críticas sobre como a teoria política e a pesquisa empírica da ciência política tradicionalmente excluíram as mulheres como atrizes políticas;
- Pesquisas que visam incluir as mulheres à política, tornando-as visíveis como atrizes políticas;
- Estudos que apontam que as categorias, modelos e pressupostos existentes não são capazes de acomodar a inclusão das mulheres, sendo necessário reconceitualizar definições que são centrais para a ciência política.

Nosso objetivo aqui, ao avaliar em que medida as demandas dos movimentos feministas das últimas duas décadas foram traduzidas em políticas públicas e legislação favoráveis às mulheres, é incluir as mulheres à política, tornando-as visíveis como atrizes políticas, e desenvolver categorias e definições que são centrais para a ciência política na seara dos estudos de gênero.

A relevância e a contribuição de tais estudos de gênero são inegáveis. Relações de gênero são um referencial extremamente relevante quando se trata do tema de igualdade, pois são indicadores da forma como a vida social se organiza como um todo e do grau de força da hierarquia na sociedade. A situação das mulheres está intrinsecamente relacionada à evolução da sociedade e aos processos sociais que determinam identidades individuais e coletivas. Trabalhos sistemáticos de monitoramento como o realizado pela Research Network on Gender Politics and the State (RNGS), pela União Interparlamentar - IPU (nível de representação alcançado nos parlamentos nacionais) e pelo International Institute for Democracy and Electoral

Assistance - IDEA (adoção de cotas nas casas legislativas) têm contribuído fortemente em apontar onde há avanços na área. Apesar do rápido crescimento da produção e institucionalização de tais estudos, ainda assim, é necessário avançar nos estudos de gênero e no feminismo contemporâneo.

O referencial teórico usado aqui é a literatura feminista. Entendemos por teoria feminista um grupo de idéias amplas e generalizadas sobre a vida social e a experiência humana que parte de uma perspectiva feminina. Ela é centrada nas mulheres de três formas: 1) a mulher é o objeto central, o ponto de partida ou a situação de investigação; 2) a mulher é o sujeito do processo investigativo e 3) a teoria é ativa e crítica no sentido de produzir um mundo melhor para as mulheres e para a humanidade (LENGERMANN & NIEBRUGGE-BRANTLEY, 2000). A teoria feminista revela distorções, exclusões, contradições, e transcende as fronteiras das “teorias verdadeiras”, focando em tensões e desigualdades.

Como afirma Enloe (2000), introduzir e aprofundar a questão do gênero em análises sociais faz com que homens e mulheres sejam visíveis como tais e nos leva a explorar diferenças políticas enraizadas nas diferenças de gênero. A institucionalização de disciplinas e trabalhos focados em gênero, a conformação de grupos de pesquisa, a revisão de conceitos e o aprendizado de teorias políticas focadas em gênero fazem parte de um esforço, no qual se inclui o presente trabalho, de contribuir para lançar holofotes na existência feminina e em sua ação como sujeito social, colaborando para o “empoderamento” desses atores políticos.

MULHERES E POLÍTICA

Definindo *poder político* como a capacidade de tomar decisões e fazer valer escolhas no mundo público, é notório que as mulheres ainda não alcançaram uma posição de poder na sociedade. Tal fato não justifica, entretanto, nem respalda mitos como apatia política ou desinteresse pelas coisas públicas por parte das mulheres. Como explica Lúcia Avelar (2001), a atual sub-representação política da mulher deriva, entre outros fatores, da lógica de marginalização social.

Seja como for, argumenta a mesma autora, as dificuldades encontradas pelas mulheres em função de sua condição não são decorrentes de sua situação individual, ou de deficiências particulares, e sim de natureza estrutural. Apesar de toda a militância feminista pela igualdade na organização política, a conquista da igualdade formal não é a mesma da igualdade real, e a ampliação dos direitos de cidadania aos setores desprivilegiados é um processo lento. Clara Araújo e Celi Scalon (2005) indicam que, apesar de haver um processo de mudança nas percepções sobre os gêneros no sentido de uma cultura mais igualitária, as práticas sociais ainda são exercidas de forma tradicional.

Ainda assim, as mulheres têm se organizado à décadas e feito política ainda que fora da via institucional, eleitoral e partidária. A participação política se expressa de diversas formas. Apesar de, num sentido moderno participação ter a ver com a democratização do Estado, muito se avançou nos últimos anos em apontar que o termo é na realidade

tão abrangente que se confunde com a ciência política e com a própria democracia. O enfoque moderno dá peso demasiado ao voto, numa lógica individualista que não abre margem para a ação coletiva e que deslegitima todas as outras formas de participação. Segundo o Dicionário de Política de Norberto Bobbio, participação se refere a situações “em que o indivíduo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política” (Bobbio, 2008:888). Tal contribuição não necessariamente ocorre em espaços institucionais, é publicizada ou tomada como forma de participação.

Lúcia Avelar (2001), ao criticar a tendência de se considerar *participação* somente formas de ação ligadas ao mundo masculino, de classe média alta, da população branca, explica que diversos tipos de envolvimento das mulheres na política são ignorados. Ela esclarece que as atividades reunidas sobre a expressão “participação política” “vão desde as mais simples, como as conversas com amigos e familiares sobre os acontecimentos políticos locais, nacionais e internacionais, até as mais complexas” (AVELAR, 2007:261). Poder e política são construídos em qualquer espaço e não produzem conseqüências por conta da esfera onde se desenvolvem.

Bobbio (2008) argumenta que “participação política” é usada recorrentemente na ciência política para designar uma série de atividades estritamente relacionadas a processos típicos de democracias ocidentais (votar, participar de comício/ agremiação, fazer debates, militar em partido político, etc.) e que, portanto, não são transferíveis a outros contextos culturais¹. Afinal, como explicam Evelina Dagnino et ali. (2006), os projetos políticos são construções simbólicas e cada cultura tem sua combinação de elementos participativos. Mesmo afirmando que a definição de atividade política não é inequívoca, Bobbio não ousa apontar novas e não tradicionais formas de participação, restringindo-se a citar somente as manifestações de protesto (como marchas e ocupações de edifícios). Apesar de passar rapidamente pelo questionamento, ele não se dedica a explorar o que pode ser considerado participação em outras esferas.

Nesse movimento de ampliar o sentido do termo em questão, diversos autores apontam a necessidade de incluir mais atores e expressões de ação política, além de fortalecer a idéia de democracia representativa. Entre eles, Santos & Avritzer (2005), que fazem um panorama de novas bandeiras, atores sociais e emancipações que ocorrem a partir de situações específicas (portanto, não universalizáveis): os *cocaleros* na Colômbia, a luta das mulheres em diversos países, os movimentos sociais participativos na Índia que se baseiam na solidariedade ghandiana, a reivindicação pela distribuição de bens públicos e o orçamento participativo no Brasil, entre muitos outros. A característica comum, segundo os autores, é o caráter contra-hegemônico, a idéia de participação e inclusão e o questionamento da identidade atribuída a esses grupos por um Estado autoritário e discriminador.

Lúcia Avelar (2007) realiza tarefa semelhante, citando as mudanças substantivas no campo da justiça redistributiva, a criação de novos espaços públicos (orçamento participativo/ conselhos gestores municipais) e formas de participação com objetivos momentâneos (passeatas e greves). Para a autora, a participação política é o principal

¹ Alessandro Pizzorno (1975) vai pelo mesmo caminho: critica o fato de a literatura sobre participação ser demasiadamente influenciada pela academia norte-americana e levar em conta só o processo eleitoral.

fundamento da vida democrática, cujo princípio normativo é a redistribuição. Vale citar também a contribuição de Pizzorno (1975) em incluir nas formas de participação a sub-cultura: assim como o movimento social, a sub-cultura encontra-se fora dos canais que conduzem ao Estado como regulador do sistema dominante de interesses. A sub-cultura agrupa indivíduos que se sentem em condição de inferioridade e “está na base de uma participação que expressa posições e solidariedades privadas anteriores à eventual ação política” (PIZZORNO, 1975:75). Apesar de ser diferente do movimento social, ela é também uma condicionante para a participação política. Aqui cabe citar a relevância da identidade, que pode ser interpretada como a matéria prima da participação, segundo Avelar (2007). Nas redes de solidariedade, o reconhecimento recíproco conferiria identidade pessoal e coletiva àqueles que a compõem.

Nessa linha, argumentamos que diversas práticas que envolvem primordialmente mulheres são capazes de alterar realidades sistêmicas e influenciar decisões políticas, como sustenta Cynthia Enloe (2000). Entre as inúmeras formas de tomar parte na coisa pública, está a militância feminista e a atuação de grupos de mulheres organizadas junto aos poderes constituídos. Apesar de desconsiderada, ela é tão legítima e real quanto outras formas, e vem sendo destacada por autores da teoria crítica, sobretudo pela teoria feminista. Nesse sentido, devemos explorar mais e melhor formas de participação para além da participação institucional, abarcando especificamente a complexidade da participação via movimento feminista e seus impactos sobre a formulação de políticas públicas e proposições legislativas.

MOVIMENTOS FEMINISTAS E REPRESENTAÇÃO

No sentido do que foi colocado na seção anterior, a atuação de mulheres em movimentos feministas deve ser interpretada como uma forma de participação política que, segundo Nancy Fraser, combate padrões institucionalizados de valores culturais que privilegiam as masculinidades e desconsideram o que está no escopo do feminino. Tais valores impediriam o estabelecimento de uma verdadeira justiça, principalmente no âmbito material.

Argumentando assim, o movimento feminista se apresenta como um porta voz das mulheres – senão de todas as mulheres, de uma plataforma central para conquistar alterações subjetivas para a vidas delas. Para o movimento feminista, é necessário haver mais mulheres com consciência de gênero, ou seja, com consciência de sua situação de marginalização e dispostas a fortalecer a solidariedade com base na idéia que a desigualdade é estrutural e que todas as soluções para esse problema devem ser coletivas, e não individuais. É preciso haver a combinação de uma política de *presença* (mais mulheres) com uma política de *idéias* (consciência de gênero, fim da desigualdade, aprofundamento da democracia).

Os movimentos de mulheres, sobretudo o movimento feminista, são grupos de pressão que tiveram sucesso em garantir mudanças concretas na vida das mulheres. Um bom exemplo no campo da política institucional foi o sufrágio feminino. O ativismo de mulheres na Argentina, a partir do ambiente acadêmico no início do século XX, criou a Associação de Universitárias Argentinas e organizou o Primeiro Congresso Feminista

Internacional do país, cujo foco era direito ao sufrágio, educação livre e gratuita, melhor formação técnica e científica e incentivos ao ingresso no mercado de trabalho, evento que influenciou a adora do sufrágio feminino naquele país. No Brasil, as primeiras sufragistas eram mulheres de orientação liberal e profissões de destaque (intelectuais, artistas), que possuíam fortes vínculos com políticos influentes. Sua posição situou as reivindicações feministas como demandas de um grupo de elite e independente de partidos políticos ou movimentos sociais. Nas duas primeiras décadas do século XX, foram criadas as Ligas para o Progresso Feminino, que acabaram originando a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Em países da América do Sul, observamos que o sucesso das demandas das sufragistas se deveu em grande medida ao apoio dos partidos políticos. Na Argentina do começo do século XX, o Partido Socialista (PS) demandava a igualdade jurídica para os dois sexos. No Brasil, esta luta pode ser datada, de um ponto de vista institucional, a partir da fundação do Partido Republicano Feminino (1910) e da criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922), que teve papel fundamental na conquista do sufrágio feminino e na luta pelos direitos políticos da mulher. Esta federação possuía enorme prestígio e tinha boa inserção nas esferas de poder da época, uma vez que as mulheres que a compunham eram as que organizavam congressos, articulavam-se com representantes políticos e representavam o Brasil no exterior.

Outro exemplo foi a organização de mulheres mesmo sob regimes autoritários, que constituem um forte obstáculo à participação política institucional não só de mulheres, mas de diversos grupos sociais. Entre as décadas de 1950 e 1970 na Argentina, surgiram grupos de reflexão e conscientização ainda antes do último golpe militar, no marco da segunda onda feminista. Entre esses, estavam a União Feminista Argentina (1970), Nova Mulher (idem), Movimento de Liberação Feminista (1972) e o Centro de Estudos Sociais da Mulher Argentina (1974). Nos últimos anos da ditadura, alguns grupos de mulheres tiveram papel protagonista na resistência aos crimes de violação de direitos humanos, como as Mães da Praça de Maio, que se reuniram pela primeira vez em 1977, a União das Mulheres Argentinas (fundada em 1947), a Agrupação de Mulheres Argentinas (1977) e a União de Mulheres Socialistas (1979).

No Brasil, como explica Maria Betânia Ávila (2007), o movimento feminista se organizou ainda na ditadura militar, e esteve, portanto, envolvido no processo de democratização desde a sua origem. Ele encontrou incentivo e apoio nas novas expressões de ativismo político que surgiram no processo de abertura dos anos 1970, que conformaram uma nova estrutura de oportunidades políticas e permitiram a ampliação da participação feminina tanto na política institucional quanto na política informal. Vale destacar o envolvimento do movimento feminista e de mulheres em campanhas pela redemocratização e pela eleição direta do presidente, como a *Diretas Já!*

Tampouco na transição democrática argentina a atuação do feminismo desacelerou. Em 1983, quando se celebraram as eleições que levaram ao poder Raúl Alfonsín (UCR), grupos de mulheres re-aprofundaram suas relações e conformaram uma mobilização coletiva em defesa dos direitos políticos e civis femininos. Naquele ano, mulheres de diversos partidos criaram a Multi-setorial da Mulher, que se dedicou a um intenso

trabalho legislativo em torno de reivindicações de gênero, apresentando mais de 30 projetos. Desde que o projeto da implementação de cotas por sexo começou a ser debatido, no final de 1989, o envolvimento da sociedade civil e dos movimentos de mulheres/ feministas foi marcante. A lei acabou por ser aprovada em novembro de 1991 e aprofundou a igualdade de gênero nas assembleias legislativas, estabeleceu o reconhecimento social, político e cultural das diferenças de gênero por meio de uma maior visibilidade das mulheres que passaram a ocupar cargos tradicionalmente masculinos, permitiu o maior contato entre mulheres que ocupam cargos legislativos e aquelas organizadas da sociedade civil, intensificando o vínculo de representação e diversificando a agenda pela incorporação de novos temas.

Nos últimos anos, a crescente especialização de organizações de mulheres e feministas e o contato com articulações de outros países enriqueceram o movimento uruguaio e produziram uma classe de especialistas que exercem a função de interlocutoras com comissões parlamentares. Elas buscam influenciar os atores políticos e convencê-los da necessidade de atender às demandas das feministas e dos movimentos de mulheres.

O RNGS² é um projeto focado na influência que os movimentos de mulheres exercem nas decisões de políticas públicas. Trata-se de um estudo colaborativo sobre a representação política substantiva e descritiva das mulheres, cujo foco não são os países, mas os processos de *policy-making* em democracias pós-industriais. O modelo desenvolvido busca combinar as preocupações teóricas do feminismo com as da teoria democrática. A pesquisa mostrou que, ao longo de 30 anos, os movimentos de mulheres agiram em aliança com as agências de políticas para as mulheres que apóiam suas demandas e conseguiram obter sucesso em expandir sua representação política, tornando as democracias pós-industriais ainda mais democráticas.

Segundo Joni Lovenduski (2008), integrante do RNGS, o estabelecimento de agências de políticas para as mulheres mudou a forma como os movimentos de mulheres – incluindo o feminista – podem avançar em suas demandas porque, em princípio, as agências trazem a possibilidade de influenciar a agenda. Elas seriam capazes de incrementar o acesso das mulheres ao Estado, situando a participação das mulheres no processo político de tomada de decisão e inserindo objetivos feministas na política pública. Ainda segundo as premissas adotadas no RNGS, as agências de políticas para as mulheres se interam dos interesses dos movimentos de mulheres fazendo alianças com atrizes centrais, em especial alianças com o movimento feminista (movimento de mulheres com um discurso específico e com idéias apresentadas por suas atrizes políticas).

O sucesso entre agências de políticas para as mulheres e os movimentos foi identificado e mensurado na pesquisa através da análise de debates políticos tanto em termos de participação quanto de resultados. Frequentemente, o debate sobre políticas de gênero é enquadrado em termos que não levam em conta gênero, o que demonstra a necessidade de inserir esse ponto de vista em formatos dominantes, visibilizando o status das mulheres para aprimorar as configurações políticas. Uma vez que se consegue fazer

² Ver LOVENDUSKI, Joni (2008) “State Feminism and Women’s Movements”, *West European Politics*. Vol.31, Nos 1-2, 169-194, January-March 2008.

isso, o movimento deve agir para manter os termos de debate e garantir que ele seja conduzido em termos feministas. A esse processo damos o nome de *gendering*.

Seguindo essa lógica, a unidade de análise do RNGS não é o Estado ou o movimento, mas sim o debate político. A atenção ao surgimento, desenvolvimento e solução de um debate político esclarece tanto a amplitude e a forma como as atrizes dos movimentos de mulheres participam da decisão quanto seu sucesso em garantir os resultados demandados. Essas dimensões correspondem ao que Hanna Pitkin chama de representação descritiva e representação substantiva. A expansão da representação das mulheres em processos de tomada de decisão é um indicador de democratização que pode ser visto tanto como representação substantiva como descritiva quando examinamos os debates políticos para descobrir como eles são formatados, quem participa e qual resultado é produzido. Quando o movimento de mulheres obtém sucesso no debate político é porque suas atrizes alcançaram tanto o acesso procedimental (atrizes do movimento são envolvidas na decisão do resultado de um debate – representação descritiva) quanto a mudança política (o resultado do debate coincide com o objetivo do movimento – representação substantiva).

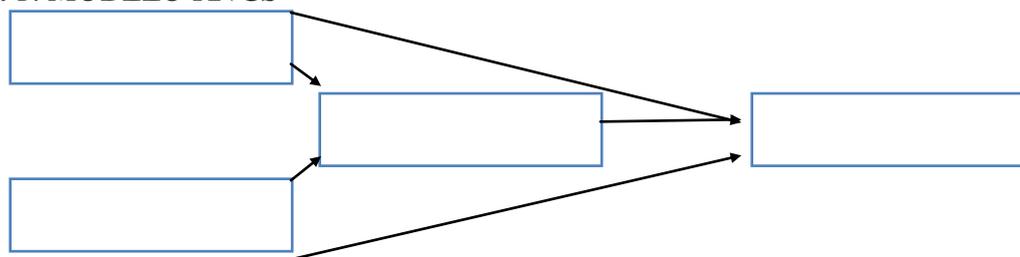
Para testar essas proposições, o RNGS examinou debates políticos em distintas áreas temáticas, em países similares, por um período em que as agências de políticas para as mulheres estavam em ação. Foram escolhidas cinco áreas para análise: aborto, prostituição, treinamento profissional, representação política e “assuntos quentes”, ou prioridades nos anos 1990.

O MODELO DA RNGS

O modelo da RNGS, ou *modelo de Feminismo Estatal*, foi desenvolvido a partir de teorias de representação política, de políticas públicas, do neo-institucionalismo e dos movimentos sociais. A unidade de análise são os debates políticos. Neste modelo, as categorias das teorias de representação democrática e dos movimentos sociais foram sintetizadas em tipologias criadas para mensurar a variável interveniente (as atividades da agência de políticas para as mulheres) e a variável dependente (o impacto do movimento de mulheres). As variáveis independentes são o ambiente político e a características das atrizes do movimento de mulheres. A pergunta de pesquisa é: “até que ponto e sob quais circunstâncias tipos diferentes de agências de políticas para as mulheres providenciam vínculos (*linkages*) eficazes e necessários para os movimentos de mulheres alcançarem respostas substantivas e procedimentais do Estado?”.

Monitora-se então cada debate para determinar como ele chegou à agenda pública, qual formato predominou e se o debate foi *gendered*, ou incorporado de conteúdos de gênero. Os pesquisadores então determinam se novos significados de gênero foram introduzidos no debate ou não, e quem foi o responsável pela inserção. O final de cada debate é descrito (lei, relatório ou outro tipo de decisão) e, no curso do processo, muita atenção é dirigida ao papel desempenhado pelas agências de políticas para as mulheres e pelo movimento de mulheres. Por fim, classifica-se as características do movimento, da agência e do ambiente político conforme figura abaixo.

Figura 1: MODELO RNGS



Para analisar o impacto do movimento de mulheres sobre o resultado, o modelo utiliza duas dimensões de respostas substantivas e aceitação procedimental tal qual proposto por Gamson (1975) e então o classifica em termos de uma tipologia de quatro categorias, como podemos ver na tabela abaixo:

Tabela 1: IMPACTO DO MOVIMENTO DE MULHERES/ RESPOSTA ESTATAL

		A política adotada e os objetivos do movimento coincidem?	
		<i>Sim</i>	<i>Não</i>
As mulheres são envolvidas no processo político?	<i>Sim</i>	Resposta dupla	Cooptação
	<i>Não</i>	Preferência	Sem resposta

Ou seja, quando o Estado aceita que as mulheres participem do processo e as mudanças políticas coincidem com as demandas feministas, temos uma “resposta dupla”. A “preferência” ocorre quando o Estado satisfaz a demanda sem envolver as mulheres no processo. Quando sua participação é permitida mas o Estado não acata a demanda, temos a “cooptação” como classificação. Quando não há participação nem atendimento de demanda, ficamos “sem resposta”.

Para analisar as atividades da agência de políticas para as mulheres, o modelo usa uma tipologia de quatro categorias baseadas em duas variáveis: se a agência milita pelas demandas feministas e se foi eficaz em mudar os moldes do debate de forma a coincidir com as demandas feministas. Desses pressupostos tiramos a tabela abaixo:

Tabela 2: TIPOLOGIA DAS ATIVIDADES DAS AGÊNCIAS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

		A agência milita pelos objetivos do movimento feminista?	
		<i>Sim</i>	<i>Não</i>
A agência muda os moldes do debate incorporando “gênero”?	<i>Sim</i>	Insider	Não-feminista
	<i>Não</i>	Marginal	Simbólica

A partir daí, analisa-se quais debates obtiveram sucesso, ou resposta dupla, qual a relevância do ambiente político, do movimento de mulheres e das agências de políticas para as mulheres no curso do debate e sua parcela de contribuição para o sucesso ou não.

O MODELO ADOTADO

O objetivo geral desta pesquisa é avaliar em que medida as demandas do movimento feminista são traduzidas em ações na política institucional, mais especificamente, em proposições legislativas apresentadas e aprovadas pelo Poder Legislativo, e em políticas públicas formuladas e executadas pelo Executivo, ambos em âmbito federal. Dentro deste objetivo maior, busca-se compreender se a existência de instâncias mediadoras em temas de gênero, que denominarei de IMTG (tais quais as agências de políticas para as mulheres ou as bancadas femininas) faz diferença neste processo, atuando como filtro catalisador.

O universo de análise do projeto são os dois países mais fortes do Mercosul: Argentina e Brasil, que possuem índices de representação parlamentar muito diferentes, tal qual apontado em minha dissertação de mestrado.

Os objetivos específicos são:

- Conhecer e sistematizar em grupos temáticos o conteúdo das plataformas do movimento feminista em ambos os países;
- Investigar se há instâncias de mediação em temas de gênero e avaliar seu posicionamento perante eles;
- Selecionar as proposições legislativas tramitando no Parlamento nacional e as políticas públicas desenvolvidas pelo Executivo nacional em temas de gênero;
- Classificar esses documentos de acordo com sua área temática e com o grau de prioridade;
- Realizar entrevistas para avaliar se os documentos atendem as demandas feministas;
- Monitorar se o movimento feminista ou alguma instância mediadora influenciou no conteúdo dos documentos;
- Por fim, avaliar o sucesso dessas proposições e políticas.

Para a realização da pesquisa, adotarei um modelo semelhante ao da RNGS³, com algumas modificações – sobretudo no que se refere às categorias e à unidade de análise. Ainda assim, pode-se dizer que a metodologia do RNGS é a inspiração para o modelo adotado aqui, assim como seu ponto de partida. Quanto à natureza, esta será uma pesquisa empírica, baseada na observação e análise de um objeto específico, o impacto do movimento feminista sobre a política institucional; quanto à forma de abordagem, será qualitativa, no sentido de obter possíveis interpretações para as diferentes formas

³ Research Network on Gender Politics and the State, disponível em <http://libarts.wsu.edu/polisci/rngs>.

de classificação dos documentos, do movimento de mulheres e do cenário político. Quanto aos procedimentos, será uma pesquisa feita com base não apenas na análise de conteúdo dos documentos (políticas públicas ou proposições legislativas), mas também em entrevistas com atrizes políticas do movimento feminista e das instâncias de mediação.

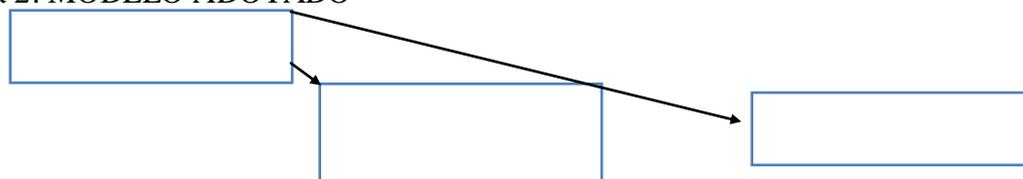
O modelo descrito acima é a inspiração para esta pesquisa, cujo modelo é uma versão daquele. Algumas diferenças são:

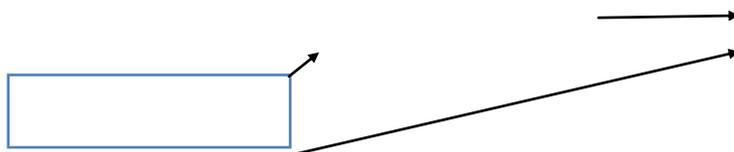
- 1) Ao contrário do RNGS, a pesquisa em questão não é um esforço coletivo, mas o trabalho de somente uma pesquisadora;
- 2) O modelo em questão não será aplicado em países desenvolvidos, mas sim em Estados membros do Mercosul, mais especificamente Argentina e Brasil;
- 3) A unidade de análise não é o debate político, mas as entrevistas, que apontarão se o conteúdo de políticas públicas e proposições legislativas combina com as demandas do movimento feminista;
- 4) O nível de análise não será só o Executivo, mas também o Legislativo Federal;
- 5) A análise não será somente de agências de políticas para as mulheres, mas as instâncias de mediação em temas de gênero (IMTG), tais quais as bancadas femininas no Parlamento e as agências de políticas para as mulheres;
- 6) As áreas temáticas são diferentes, e estabeleceu-se prioridades distintas para matérias distintas.

Assim como o modelo da RNGS, nosso modelo é desenvolvido a partir de teorias de representação política, desenvolvimento de políticas públicas, do neo-institucionalismo e dos movimentos sociais. Nosso modelo também sintetiza categorias das teorias de representação democrática e dos movimentos sociais em tipologias criadas para mensurar a variável interveniente (as atividades das instâncias de mediação em temas de gênero - IMTG) e a variável dependente (o impacto do movimento de mulheres). Nossa pergunta de pesquisa é: “até me ponto e sob quais circunstâncias tipos diferentes de instâncias de mediação em temas de gênero (IMTG) catalisam as demandas do movimento feminista e as traduzem em políticas públicas?”.

Para tanto, serão realizados três procedimentos para além da caracterização do processo político e das IMTG: análise do conteúdo das plataformas feministas e sistematização das mesmas; análise das políticas públicas e proposições legislativas direta ou indiretamente relacionadas a gênero; análise da execução das políticas pública e da aprovação das proposições legislativas. Após isso, serão realizadas as entrevistas para captar o posicionamento e a opinião das atrizes envolvidas. Essas informações serão coletadas em um banco de dados desenvolvido em software compatível e que permita a classificação dos casos. Portanto, a sistematização do modelo é idêntica ao modelo da RNGS:

Figura 2: MODELO ADOTADO





Para analisar o impacto do movimento de mulheres sobre o resultado, nosso modelo utiliza as mesmas dimensões de respostas substantivas e aceitação procedimental do RNGS, assim como sua tipologia de quatro categorias, como podemos ver na tabela abaixo:

Tabela 3: IMPACTO DO MOVIMENTO DE MULHERES/ RESPOSTA INSTITUCIONAL

		A política ou proposição legislativa e os objetivos do movimento coincidem?	
		<i>Sim</i>	<i>Não</i>
O movimento foi diretamente envolvido no processo político?	<i>Sim</i>	Resposta dupla	Cooptação
	<i>Não</i>	Preferência	Sem resposta

Para analisar as atividades das instâncias de mediação em assuntos de gênero, o modelo usa a mesma tipologia de quatro categorias apresentada pelo RNGS:

Tabela 4: TIPOLOGIA DAS ATIVIDADES DA IMTG

		A IMTG defende objetivos do movimento feminista?	
		<i>Sim</i>	<i>Não</i>
A instância inseriu temas de gênero na política ou proposição?	<i>Sim</i>	<i>Insider</i>	Não-feminista
	<i>Não</i>	Marginal	Simbólica

A partir daí, analisaremos quais políticas públicas ou proposições legislativas obtiveram sucesso para o movimento, ou resposta dupla (execução do orçamento da política pública ou aprovação da proposição legislativa), qual a relevância do ambiente político, do movimento de mulheres e das agências de políticas para as mulheres no curso do debate e sua parcela de contribuição para o sucesso ou não.

Procedimentos da pesquisa

- 1) O primeiro passo da pesquisa será a análise de plataformas do movimento feminista e sua sistematização em cinco grupos temáticos⁴:
 - Trabalho e proteção social
 - Poder e participação política
 - Saúde e direitos sexuais e reprodutivos
 - Direitos humanos e combate à violência contra as mulheres
 - Educação não sexista/racista/homofóbica
- 2) Em seguida, serão levantadas as proposições legislativas tramitando no Parlamento nacional ou federal que possuem interface com “gênero”. Para tanto, será usado o banco de dados do CFEMEA (caso brasileiro).
- 3) O mesmo será feito para as políticas públicas traçadas pelo Poder Executivo.
- 4) Tanto as proposições legislativas quanto as políticas públicas serão classificadas de acordo com a área temática e receberão uma classificação de prioridade, de Prioridade 1 até Prioridade 4 (baseado na classificação do CFEMEA).
- 5) As proposições legislativas e as políticas públicas serão classificadas segundo formulário abaixo. Para o preenchimento de alguns campos, como sobre a participação ou não do movimento e da IMTGs, será necessário fazer contato com a assessoria parlamentar de ONGs feministas e das IMTGs;
- 6) Por fim, será marcado se essas proposições e políticas foram aprovadas ou executadas.

Tabela 5: FORMULÁRIO DE CLASSIFICAÇÃO

1) Tipo de material - Proposição Legislativa (tramita no Legislativo) - Política Pública (desenhada pelo Executivo)
2) Identificação do material - Nome ou número - Data ou ano
3) País - Brasil - Argentina
4) Área temática - Trabalho e proteção social - Poder e participação política - Saúde e direitos sexuais e reprodutivos - Direitos humanos e combate à violência contra as mulheres - Educação não sexista/racista/homofóbica
5) Prioridade - P1 -P2 -P3 -P4

⁴ Essa classificação é baseada na feita pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) na distribuição das ações de advocacy e na categorização das proposições legislativas que acompanha. A diferença é que adicionamos a área “educação”.

<p>6) Ambiente político</p> <ul style="list-style-type: none"> - Favorável - Indiferente - Desfavorável
<p>7) Atende demanda do movimento feminista?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sim - Não
<p>8) O movimento foi diretamente envolvido no processo político?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sim - Não - Não há dados
<p>9) A instância de mediação defende a demanda do movimento feminista neste tema?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sim - Não - Parcialmente - Posição ambígua - Não há dados
<p>10) A IMTG interferiu inserindo temas de gênero na política ou proposição?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sim - Não - Parcialmente - Posição ambígua - Não há dados
<p>11) A proposição legislativa foi aprovada/o orçamento da política pública foi executado?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sim - Não - Parcialmente. Mais de 50% (somente para política pública) - Parcialmente. Menos de 50% (somente para política pública)
<p>12) Transcrição do conteúdo</p>

Com as informações obtidas a partir desse formulário será possível e necessário construir um banco de dados, como mencionado, cujos cruzamentos serão base para a inferência de conclusões e de tendências tanto sobre o ambiente político quanto sobre o movimento feminista e as instâncias de mediação.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, C. & SCALON, C. (2005). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

AVELAR, L. (2007). “Participação Política”. In: AVELAR & CINTRA: *Sistema Político Brasileiro – Uma Introdução*. Editoras Konrad-Adenauer e UNESP.

AVELAR, L. (2001). *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP.

ÁVILA, M. B. (2007). *A participação das mulheres e a reforma política*. Disponível em www.cfemea.org.br, Acesso em 12/04/2008.

BOBBIO, N. et ali. (2008). *Dicionário de política*. Brasília: Editora UnB.

BUTLER, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CARROLL, Susan J. & ZERILLI, Linda M.G. (no prelo). “Feminist Challenges to Political Science”.

DAGNINO, E. et ali. (2006). “Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina”. In: DAGNINO, E.; OLVERA A.J. & PANFICHI, A. (orgs.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp.

ENLOE, C. (2000). *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. Berkeley & London, University of California Press.

FRASER, N. (1997). *Justice Interruptus: critical reflections on “postsocialist” condition*. New York and London : Routledge.

GAMSON, A.W. (1975). *The Strategy of Social Protest*. Homewood, IL: The Dorsey Press.

LENGERMANN, P. & NIEBRUGGE-BRANTLEY, J. (2000). “Contemporary Feminist Theory”. In: RITZER, G. (org.). *Sociological Theory*. New York: McGraw Hill.

LOVENDUSKI, Joni (2008). “State Feminism and Women’s Movements”. *West European Politics*, 31:1, 169-194.

PATEMAN, C. (1992). *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Capítulos 1, “Teorias recentes da democracia e o ‘mito clássico’” e 2, “Rousseau, John Stuart Mill e G. D. H. Cole: uma teoria participativa da democracia” (pp. 9-63).

PIZZORNO, A. (1975). "Introducción al estudio de la participación política". In: PIZZORNO, KAPLAN, CASTELLS. *Participación y cambio social en la problemática contemporánea*. Siap-Planteos.

SANTOS, B.S. & AVRITZER, L. (2005). *Para ampliar o cânone democrático*. In: Democratizar a democracia. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2005.

SYLVESTER, C. (1996). "The Contributions of Feminist Theory to International Relations". In: SMITH, S; BOOTH, K & ZALEWSKI, M. (eds.). *International Theory: Positivism and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press.

ZERILLI, Linda M.G. (2006). "The state of discipline". In: *The Oxford Handbook of Political Theory. Feminist Theory and the Canon of political thought*. Editado por Dryzek, J; Honig, B. Phillips, Anne. Oxford University Press.